

**A PROFUSÃO DE PROMESSAS: ELEIÇÕES 2018 E AS AMEAÇAS À
DEMOCRACIA**
**THE PROFUSION OF PROMISES: 2018 ELECTIONS AND THREATS TO
DEMOCRACY**

Lídia de Almeida Cavalcante Freitas¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar a questão da democracia brasileira a partir dos discursos e do exercício do debate em torno das eleições de 2018. Buscamos problematizar a forma como a democracia é entendida na teoria e como se aplica na prática política brasileira a fim de exercitar algumas reflexões sobre como os políticos e os cidadãos envolvidos nessa eleição entendem e defendem os princípios democráticos em meio ao exercício discursivo que “supostamente” defende essa democracia. Observamos uma tendência à promoção e aceitação de discursos inflamatórios que trazem potenciais ameaças à democracia entendida como lugar de direitos e liberdades políticas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Eleições 2018. Discurso Político.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the Brazilian democracy issue from the discourses and the exercise of the debate around the 2018 elections. We seek to problematize the way democracy is understood in theory and how it is applied in Brazilian political practice in order to exercise some reflections on how politicians and citizens involved in this election understand and defend democratic principles amid the discursive exercise that "supposedly" defends this democracy. We see a tendency towards the promotion and acceptance of inflammatory speeches that bring potential threats to democracy understood as a place of social and political rights and freedoms.

KEYWORDS: Democracy. Elections 2018. Political speech.

¹ Mestranda em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Cientista Política pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Consultora de Marketing Político e Comunicação eleitoral. lidiacpolitica@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Quando falamos sobre Democracia, nossa referência histórica remete à experiência da *Pólis* grega. Uma busca na etimologia da palavra encontra a referência no filósofo grego Ésquilo em 468 a.C. com o uso do termo *demokratía*: *demos* significando povo + *kratos* significando poder (Maltez, 2014), portanto, vemos em vários momentos da história a definição de democracia como uma prática onde o poder é exercido pelo povo, através da participação por meio de debate e voto. Na Teoria Moderna, identificada com Maquiavel, nasce o conceito de Estado Moderno no qual o governo popular é identificado com a República (em oposição à Monarquia).

As teorias democráticas, ao longo de sua evolução histórica, sempre tiveram como fundamento os princípios de liberdade e igualdade. Esses princípios foram sendo aprofundados em “direitos fundamentais” (dos quais se pode destacar liberdade de expressão, liberdade de associação, liberdade de pensamento, direito ao voto, etc.). A partir desses princípios a perspectiva liberal de democracia encontra seu fundamento para argumentar que o modelo representativo seria o mais adequado para o exercício da Democracia. Nesse modelo os cidadãos poderiam fazer uso de seus direitos fundamentais para eleição de um corpo restrito de representantes dentre eles, formando as instituições políticas em vários níveis (Locke, 1978). O elemento a se considerar agora reside no fato que “por Democracia se entende toda forma de governo oposta a toda forma de despotismo” (Bobbio, 1998, p. 323). No final do século XIX, uma perspectiva considerada mais “realista” da Democracia que sai do campo puramente ideológico e experimenta uma abordagem histórica, traz à luz o argumento de que o poder sempre foi exercido por grupos, não pelo povo (como vontade geral). Portanto a “vontade geral” não seria um parâmetro correto para a identificação da Democracia. Na Teoria das elites o foco de análise centra-se na forma de disputa de poder e no nível de liberdade de escolha dos representantes como novos parâmetros.

Com a introdução dessa nova perspectiva, passamos à Teoria Política Contemporânea que analisa a Democracia a partir de uma base comportamental, alegando que as sociedades democráticas devem estabelecer regras fundamentadas (em uma Constituição) a fim de garantir a disputa e exercício do poder com respeito aos direitos dos cidadãos. Dessa forma “por Democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões

políticas (ou seja, das decisões que abrangem toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (Bobbio, 1998, p. 326).

As sociedades democráticas apresentam algumas características comuns como: eleição de seus representantes de forma direta ou indireta; direito ao voto aos cidadãos maiores de idade sem distinção de qualquer natureza, disputa livre de partidos, as decisões da maioria não podem prejudicar a minoria, mandatos renováveis.

Dito isso, vamos analisar um pouco como essa “ideia de democracia” foi praticada no Brasil e como lidamos com ela no século XXI.

A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Começamos a falar de democracia no Brasil recentemente (historicamente falando). Apesar de a República ter sido proclamada quase na última década do século XXI, nossa experiência prática encontrava entraves causados pelos resquícios do tipo de exercício do poder político operado no período monárquico, tais como o controle do voto, fraudes no “sistema eleitoral” e restrições de participação por motivos econômicos. Alguns institutos utilizados para a caracterização de uma sociedade democrática tiveram uma história conturbada, o próprio voto, por exemplo, só adquiriu caráter universal com a Constituição de 1988 (Nicolau, 2002), após quase 100 anos de lutas, bem como a atuação partidária que sofreu restrições de vários tipos.

O conceito de Democracia brasileiro advém da teoria Moderna baseada na concepção Maquiavélica de Democracia como oposição à Monarquia. No Brasil, temos o regime democrático presidencialista sendo praticado através do multipartidarismo que vem funcionando de maneira multipolar em ciclos históricos. Na última década experimentamos o que convencionou-se chamar de “Presidencialismo de coalizão”. Tal prática teria como fundamento a Democracia Consociativa descrita por Arend Lijphart (Bobbio, 1998) na qual a cultura política produz um comportamento nas elites mais inclinado às coligações, onde políticos de posições diversas chegariam a um entendimento em torno da proposta de um governo estável. Ocorre que esse comportamento não tem tido como resultado um governo estável e mais democrático, o resultado prático foi um enfraquecimento das oposições (principalmente em conteúdo ideológico/discursivo) e a representação de um sistema bipolar que pode ser entendido erroneamente como bipartidário (pois se apresenta como tal na percepção dos cidadãos em disputas eleitorais).

Pode-se falar de uma democracia jovem, onde o exercício da atuação e participação política ainda tenta encontrar seus próprios moldes ou podemos falar de uma sociedade que ainda não saiu da economia para a política, como argumenta Faoro (1989). O que se pode ter certeza a partir da observação histórica é que - em observância dos princípios fundamentais da ideologia liberal que orienta nossa democracia que são a transparência, os direitos individuais e civis e um governo consentido e estabelecido por meio das eleições livres e a igualdade da lei perante todos os cidadãos - o Brasil experimentou em boa parte do século XX uma instabilidade considerável.

Períodos históricos como a Era Vargas e a Ditadura militar, representaram o quinhão de distorções democráticas em nossa história recente. Períodos nos quais os governos discursavam sobre defesa da democracia e desenvolvimento do país enquanto praticavam ações repressivas contra as liberdades civis e violavam os direitos com cartas constitucionais que permitiam todo e qualquer ato do governante, a exemplo da Constituição de 1967/1969 (Soares, 2012).

SÉCULO XXI: A DEMOCRACIA NA ERA DIGITAL

Nos anos 2000, o crescimento do acesso e o aprimoramento do uso das redes sociais como fatores agregadores de grupos com interesses comuns, fez com que o ambiente digital começasse a figurar também como o espaço de discussão política antes concentrado a ambientes bem demarcados na cultura como os bancos de praça (com pessoas de mais idade) ou sedes partidárias. Pessoas de bairros, cidades, gêneros, empregos e crenças diversas começaram a se identificar on-line a partir de questões cotidianas que lhes incomodavam (Freitas, 2017) trazendo uma nova ferramenta de informação e participação democrática, que estimulou as pessoas a prestarem mais atenção ao cenário político.

No cenário político esse período marca também a ascensão da esquerda ao poder com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Após 13 anos no poder as denúncias de envolvimento de membros do PT em episódios de

corrupção², chegando a integrantes da alta cúpula pôs em cheque a credibilidade do governo e alavancou o desgaste do partido perante a opinião pública, quebrando a hegemonia cultural da esquerda e abrindo espaço à vários discursos de salvação que podem estar ou não de acordo com os elementos democráticos.

Com isso o ano de 2013 trouxe ao cenário político brasileiro mais um capítulo de destaque dentro da história recente. Nos meses de junho e julho, milhares de pessoas articuladas por meio da internet e redes sociais - à espelho dos movimentos sociais que eclodiam em várias partes do mundo desde o início da década - se reuniram nas ruas para expressar sua insatisfação com serviços públicos e a representação política em geral, se espalhando no território do país, com a adesão de cidadãos que não estavam necessariamente engajados nos movimentos sociais e que, em sua maioria nunca haviam participado de nenhuma manifestação de natureza política, ganhando amplo destaque na mídia.

A ausência de lideranças partidárias, a rejeição da participação destas e o uso do slogan “Não me representa” expunha a crise de representatividade enfrentada pelos políticos e instituições. No ano seguinte, a eleição presidencial e o início da Operação Lava-Jato trouxeram novas manifestações às ruas, responsabilizando as políticas adotadas no primeiro mandato de Dilma Rousseff pela crise econômica e política instalada. Em 2015 seguiram-se as indignações nas ruas, alavancadas por denúncias de corrupção e apoio à Operação Lava-Jato da Polícia Federal. Dessa vez as manifestações estavam polarizadas entre os que protestavam contra as ações do governo Dilma e reivindicavam seu impeachment e os que defendiam a presidente, o Partido dos Trabalhadores (PT) e sua atuação. Vários movimentos se faziam representar nas manifestações, porém a grande maioria defendia a bandeira do combate à corrupção e ao sistema político sem propostas concretas ou direção ideológica.

A gestação de novas iniciativas com base de comunicação digital e um discurso voltado para uma “nova política”, como a Rede Sustentabilidade de Marina Silva, apontavam para um exercício democrático baseado em maior diálogo com os cidadãos e discursos eleitorais focados na ideia de mudança efetiva da prática política.

² As denúncias começaram a ocorrer no último ano do primeiro mandato de Lula com indícios de corrupção em empresas públicas e, à medida que a Polícia Federal desenvolvia as investigações foram revelando um esquema que envolvia vários partidos em várias instituições públicas e uma maior proximidade com os altos escalões do governo.

As ações de rua reivindicando direitos, participação e moralização na prática política associados à articulação e difusão de ideias em meio virtual, criam um cenário no qual o cidadão se entende protagonista dessa tomada de decisão, em um anterior processo de toma de consciência de seu papel público na concretização do Estado de direito.

Na contramão dessa lógica e influenciados pela observância da crise de popularidade petista que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, alguns partidos decidiram mudar de nomes, símbolos ou ideologia a fim de, principalmente atrair eleitores em 2018, mas também se distanciar das denúncias de corrupção que dominavam a pauta política diária.

A PROFUSÃO DE PROMESSAS – 2018 EM DEBATE

Para além da mudança “estética” operada por uma parcela de partidos, alguns grupos começaram a observar a importância fundamental do resgate do viés ideológico no discurso, dada sua capacidade de aglutinar interesses.

Dentre eles, além da iniciativa da Rede, a que nos referimos anteriormente, o registro do Partido Novo, surgido enquanto movimento ainda em 2011, trouxe ao debate um grupo de profissionais liberais e estudantes sem vinculação política ou partidária anterior³, que fazem da defesa do liberalismo sua plataforma, impulsionados pelo desgaste das bandeiras da esquerda associadas ao PT e aos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma. O programa do partido foca na defesa de um Estado democrático que preserve liberdades individuais e incentive a concorrência e a participação do cidadão na vida política, bem como a atuação do Estado nas áreas de educação básica, saúde, segurança, infraestrutura e preservação da moeda (Partido Novo, s.d.) focando o discurso na diminuição do Estado. Na conduta partidária defende que seus filiados e candidatos devem obedecer aos critérios da Lei da Ficha Limpa, limita a reeleição, estabelece o compromisso de cumprimento do mandato parlamentar e vinculação às propostas.

Posicionados à centro-esquerda e à direita no espectro político, respectivamente, em comum esses dois novos partidos têm: o perfil de filiados e membros composto em sua maioria por jovens, estudantes e profissionais liberais, encontram na Internet seu principal veículo de comunicação e articulação e o discurso focado em uma anti-política

³ O que os difere nesse ponto da iniciativa da Rede, que foi formado por políticos atuantes há décadas.

*no sentido de rejeição ao modelo político e partidário vigente, onde predominam partidos vote-seeking*⁴.

Porém, na prática o cenário pré-eleitoral de 2018 não está permeado apenas pelo discurso de ambos, nem parece ter a defesa da democracia em foco. Temos a polarização experimentada durante os protestos traduzida no discurso de ódio instaurado entre os principais pré-candidatos à eleição de 2018, de um lado o PT radicaliza o discurso em torno de ideias de perseguição conclamando a militância a “lutar pelo país” em termos mais próximos ao embate físico e de outro Jair Bolsonaro apresenta uma visão nacionalista e conservadora de extrema-direita, traduzida em um discurso baseado na defesa da segurança pública a todo custo e discordância das políticas de direitos direcionadas a negros e homossexuais, com uma fragilidade nas propostas reais para aplicação na sociedade, o que pôde ser percebido em suas entrevistas até o momento onde se refere ao uso da força para “organizar” o país, pondo a questão dos direitos em segundo plano. Embora defensores de posturas diferenciadas, entendemos que ambos exercitam seu carisma de forma a estabelecer um vínculo emocional diretamente com os eleitores, sem dar importância aos partidos ou instituições e é exatamente aí que reside o perigo democrático, a *persona* seria mais importante que o Estado de forma quase mitológica.

Em meio a esse campo minado temos candidatos que se distribuem entre centro, centro-esquerda e centro-direita, mas que em alguma medida não possuem um discurso forte a ponto de neutralizar essa polarização negativa instaurada pelos dois referidos. Se instaura um discurso do tipo “nós e eles” no qual as propostas reais de mudança social, a discussão sobre direitos e vantagens democráticas se perdem em meio ao espetáculo e os riscos da adoção de medidas antidemocráticas cresce a olhos vistos.

Estamos ainda há alguns meses da eleição, onde tudo pode acontecer e qualquer candidato ganhar, o que é preciso ter em mente é que a arena eleitoral reflete a arena cotidiana da política, aquela na qual vivemos e nos desenvolvemos e os discursos proferidos para a obtenção de votos refletem ou mascaram a real intenção que vai determinar o respeito ou o desprezo pelos princípios democráticos. No mundo globalizado e dominado pelas novas tecnologias, cedemos nossos direitos em favor da preservação da

⁴ Um partido vote-seeking é aquele que adota como principal objetivo conquistar o maior número possível de votos e ganhar eleições (Ribeiro, ano, p.14). *Para aprofundamento nessa classificação conferir Wolinetz, S. B., 2002. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In R. Gunther; J.R. Montero & J.J. Linz, eds. Political Parties: Old concepts and new challenges. Oxford: Oxford University e Strom, K., 1990. Minority Government and Majority Rule. Cambridge (UK): Cambridge University.*

segurança, como por exemplo compartilhar dados de localização no celular no caso de ser sequestrado, temos que nos preocupar também em que medida estamos cedendo a discursos que alardeiam proteção e nos levam a abdicar dos direitos e liberdades políticas e sociais que nos garantem uma sociedade democrática.

CONCLUSÕES

Por se tratar de um objeto que se encontra em mutação acelerada no período referido, não temos a pretensão de concluir algo em definitivo, pretendemos apontar para as ameaças escondidas no discurso de salvação que parece dominar o ambiente eleitoral atual. Por ocasião do cenário de crise instaurado a partir das denúncias de corrupção, o discurso de um sistema ineficiente que deve ser reduzido quase à inexistência encontra terreno fértil após as manifestações de 2013. A frustração com os últimos anos do governo de esquerda, que teve a mudança de promessa efetiva corroída pela crise econômica e episódios de denúncia de corrupção e aparelhamento do Estado, somada à insatisfação com a ação político/eleitoral polarizada entre PT e PSDB há mais de 20 anos (ambos vistos como ineficientes no propósito de operar mudanças sociais e políticas em favor do desenvolvimento do país), serviu de combustível para uma profusão de discursos de ódio, que podem levar a história democrática brasileira a um retrocesso sem precedentes.

Diante de tal quadro, qual seria o ponto delicado na atual Democracia brasileira? O controle de poder claramente o é, também comum a diferentes países, mas pode-se argumentar que uma das preocupações mais urgente reside na crise de representatividade dos partidos políticos que parece ter atingido seu ápice. Se não confiamos mais nos partidos como poderemos exercitar eleições livres sem eles? Não se tem uma proposta alternativa, mas a extinção dos partidos certamente não é uma alternativa democrática. Outro ponto que apontamos como ameaça é o discurso oportunista de negação da ordem estabelecida, a oposição discursiva faz parte do instituto democrático, porém a ausência de fundamento e propostas pode levar a aceitação de práticas subversivas como experimentamos na Ditadura. Por fim, o discurso de ódio em si pode levar à inflamação de posicionamentos historicamente contrários (mas que conviveram democraticamente por décadas) e produzir extremismos e fanatismos como os que estamos vendo destruir outros países.

O discurso político é algo poderoso, ele construiu a democracia mas pode ameaçá-la, precisamos estar atentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, Norberto. **Dicionário de Política**/Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad.Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais.. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política/ Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

Carmo, Hermano. **Teoria da Política Social (Um olhar da Ciência Política)**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Coleção Manuais Pedagógicos). Lisboa, 2011.

Faoro, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Volume II. 8ª ed. São Paulo: Globo, 1989.

Freitas, Lídia de Almeida Cavalcante. **Diálogo digital e representação política na campanha eleitoral de Marina Silva em 2014**. Anais do XVI Congresso de Comunicação e Marketing Político-POLITICOM. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1t4QvX5usdH3E61oO6pft89wqWzSM8IQV/view>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

Locke, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Maltez, José Adelino. **Abecedário de Teoria Política**. Idéias e Autores dos Séculos XIX e XX. Pela Santa Liberdade I. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa 2014.

Nicolau, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

Rawls, John. **O liberalismo político**. Edição ampliada. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Soares, Lívya Ferreira Maioli. **Os Estados Liberal e Social nas Constituições brasileiras no tocante à ordem econômica**. Confluências: Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito, 13(2), pp. 110-130, 2012. Disponível em: <http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/307>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**: Ensaio sobre e contra o *star system* em política/ Roger-Gérard Schwartzenberg; Tradução: Heloysa de Lima Dantas. Difel. Rio de Janeiro – São Paulo, 1978.